

Na USP, a análise da experiência americana

Quatro professores norte-americanos estão em São Paulo para falar sobre a experiência da Constituição dos Estados Unidos — a mais antiga do mundo, que fará 200 anos em 1987 — mas não para dizer como os brasileiros devem fazer a sua". Eles participam de um ciclo de debates promovido pela Universidade de São Paulo e pela Associação Alumni.

O reitor da USP, José Goldemberg, presidiu ontem a sessão inaugural no Salão Nobre da Faculdade de Direito da USP, no Largo São Francisco, onde serão feitas as palestras e os debates, de hoje até sexta-feira, sempre às 17 horas.

O tema de hoje é a "Estrutura da Federação" e os expositores Louis Henkin (da Universidade de Colúmbia), Dalmo de Abreu Dallari (USP) e Raul Machado Horta (Universidade Federal de Minas Gerais). Amanhã, discute-se a "Educação e Constituição" e participam Harlan M. Blake (também da Universidade de Colúmbia), Miguel Reale (USP, membro da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais) e Geraldo Ataliba (USP e PUC).

Quinta-feira, a discussão será o "Poder Judiciário". E os participantes serão Covey T. Oliver (Universidade da Pensilvânia), o ministro do Supremo Tribunal Federal José Carlos Moreira Alves (USP) e José Afonso da Silva (USP). No último dia, Benjamin Shieber (da Universidade Estadual de Louisiana), Manoel Gonçalves Ferreira Filho (USP) e Alberto Venâncio Filho (membro da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais) discutirão "O Conteúdo Social e Econômico da Constituição".

UM EXEMPLO

"Não temos um padrão de Constituição para sugerir aos brasileiros, mas queremos apenas mostrar nossa experiência. O principal é que o Brasil, assim como outros países, se esforce para garantir a independência do Poder Judiciário", afirmou ontem, em entrevista exclusiva a O Es-

tado, o professor Covey T. Oliver, que esteve no Brasil como bolsista da Fundação Fullbright em 1963 e foi coordenador da Aliança para o Progresso de 1967 a 1969.

Oliver acredita que a essência da Constituição americana está em seu 3º Artigo (são apenas sete), que criou um corpo de juízes federais, nomeados pelo presidente e que mantêm os cargos enquanto apresentarem "bom comportamento". Na verdade, os tribunais federais, e acima de todos eles a Corte Suprema, vêm aumentando seu poder porque eles têm a atribuição de interpretar a Constituição e até decidir contra ela em casos específicos. Uma decisão da Corte Suprema vira lei e só uma emenda constitucional pode mudá-la. Aprovar uma emenda, no entanto, exige o apoio de dois terços do Congresso (Câmara e Senado) e três quartos dos Estados.

Por isso, disse Oliver, a Constituição americana é, na prática, o conjunto de decisões da Corte Suprema, que na semana passada mesmo determinou que toda mulher tem o direito de fazer aborto nos três primeiros meses de gravidez. Essa decisão é lei agora em todos os Estados, o que vai provocar muita polêmica. Oliver destacou também que a Constituição parece ter sido elaborada propositadamente de forma vaga, deixando, por exemplo, em aberto as relações entre o presidente e o Congresso. "Como resultado, temos uma contínua guerra civil entre Executivo e Legislativo."

Também participando da entrevista, Benjamin Shieber opina que essa "guerra civil" acaba sendo um argumento usado pelos que defendem o sistema parlamentarista, mas lembra os problemas que o parlamentarismo vem provocando nos países europeus. De qualquer forma, destacou Shieber, o mais importante é ter em mente os princípios básicos que nortearam a Constituição: democracia, igualdade e liberdade.